



NA SUA APROVAÇÃO

AULÃO

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE TRIUNFO - TEORIA E RESOLUÇÃO

HOJE, 19/04 DE 20H.

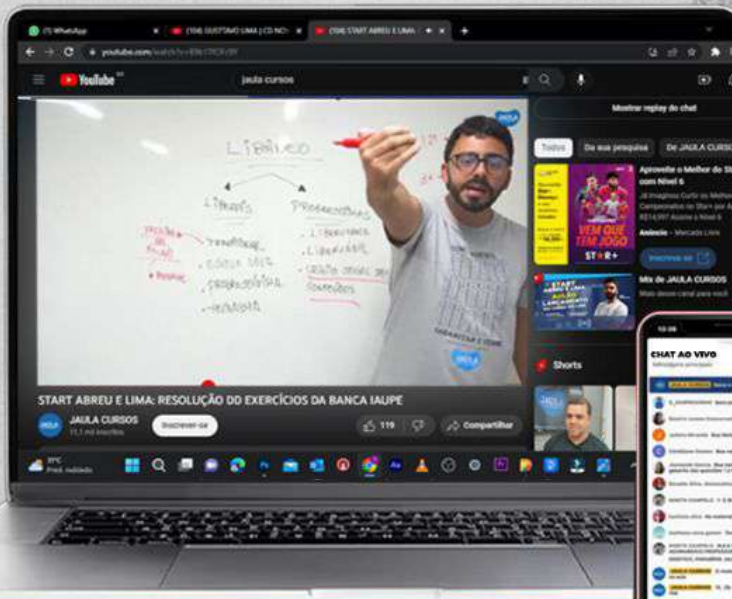
igeduc



PREFEITURA DE TRIUNFO
CASA GRANDE, 10011-000



PROF YURI CHAPOVAL



JAULA
Curso Preparatório

FICHA DE EXERCÍCIOS

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE
TRIUNFO**

igeduc

FICHA DE EXERCÍCIOS – LEI ORGÂNICA DE TRIUNFO



Questão 1

O Município de Triunfo, como unidade da Federação Brasileira, reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica. Sendo assim, **NÃO** compete ao Município:

- legislar sobre assuntos de interesses locais.
- instituir e arrecadar os tributos de sua competência.
- aplicar suas rendas, sem obrigação de prestar contas e publicar balancetes.
- elaborar o orçamento, estimando a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado.

Questão 2

A Câmara Municipal de Triunfo, Estado de Pernambuco, é constituída por quantos vereadores?

- 11
- 15
- 21
- 23

Questão 3

São símbolos do Município:

- a bandeira idealizada pelo Coronel José Ferreira;
- o escudo estabelecido por Lei Complementar;
- o Hino de autoria do Dr. Wlisses Wanderley e preservado pela tradição.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- Apenas I estão corretas;
- Apenas I e II estão corretas;
- Apenas II e III estão corretas;
- Todas estão corretas.

Questão 4

Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, na circunscrição do Município. Sendo assim, não perderá o mandato o vereador que:

- Ser titular demais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.
- Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor, decorrente de contrato, com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.
- Aceitar ou exercer cargos, função ou emprego não remunerado.

d) Firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público.

Questão 5

O mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Triunfo, Estado de Pernambuco, será de _____ ano(s), podendo a mesma ser reconduzida no todo, ou quaisquer dos seus membros, para o mesmo cargo, na eleição subsequente.

- um (1)
- dois (2)
- três (3)
- quatro (4)

Questão 6

São de iniciativa exclusiva do Poder Executivo as leis que disponham sobre:

- apenas criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, fundações, autarquias e empresas públicas mantidas pelo Município;
- criação, estrutura e atribuições de secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;

III - plano semestral, diretrizes orçamentárias, orçamento e matéria tributária;

IV - fixação ou diminuição de remuneração de seus servidores, respeitado, em todos os seus termos, o princípio da isonomia de vencimentos previsto na Constituição Federal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- Apenas I, II e III estão incorretas;
- Apenas I, II e IV estão corretas;
- Apenas I, III e IV estão incorretas;
- Todas estão corretas.

Questão 7

Sobre a iniciativa popular de propostas para a Câmara, marque a alternativa **incorreta**:

- A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei articulado, subscrito por, no mínimo, seis por cento do eleitorado do Município.
- Para ser recebida a proposta popular, é exigida a assinatura dos seus subscritores, mediante a indicação do nome bem legível, do endereço e do respectivo número do título, bem como da sua zona eleitoral.
- A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecidas nesta lei orgânica.
- A Tribuna Popular será utilizada por um dos subscritores da iniciativa do projeto de lei.

Questão 8

A fiscalização financeira, contábil e orçamentária do Município será exercida pela Câmara, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do executivo, instituídos em lei. O controle da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

- I - a apreciação das contas prestadas pelo Prefeito;
- II - a fiscalização de contas de empresa em cujo capital o Município participe de forma direta ou indireta, nos termos de convênio ou de acordo constitucional autorizado pela Câmara;
- III - a aplicação aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas, das sanções previstas em leis, que estabelecerão, entre outras cominações, multa proporcional ao vulto do dano causado ao erário;
- IV - o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, autarquias e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, e das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outras irregularidades de resulte prejuízo à Fazenda Municipal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas I, II e III estão incorretas;
- b) Apenas I, II e IV estão corretas;
- c) Apenas I, III e IV estão incorretas;
- d) Todas estão corretas.

Questão 9

Será o mandato de quantos anos do Prefeito e do Vice-Prefeito, iniciando-se no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição?

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5

Questão 10

O Município deverá organizar a administração, exercer suas atividades e promover a política de desenvolvimento urbano, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no plano diretor e mediante adequado sistema de planejamento. Diante dessa afirmação, assinale a alternativa incorreta.

- a) O plano diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município.
- b) O sistema de planejamento é o conjunto de normas e sem recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação não planejada da administração municipal.
- c) Será assegurada, na forma da lei, a cooperação de associações representativas da sociedade civil, legalmente organizadas, no planejamento municipal.
- d) A delimitação da zona urbana será definida por lei, observado o estabelecido no plano diretor.

Questão 11

Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

- I - quando imóveis, dependerá de licitação.
 - II - quando móveis, dependerá de autorização legislativa e licitação.
- Assinale a alternativa correta;
- a) Apenas I está correta.
 - b) Apenas II está correta.
 - c) I e II estão corretas.
 - d) I e II estão incorretas.

Questão 12

O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, comodato, permissão ou autorização, conforme o caso, e quando houver interesse público devidamente justificado. A seguir, assinale a alternativa que difere com o artigo acima.

- a) A concessão de bens públicos de uso especial e dominical feita de acordo com a lei, dependerá de autorização legislativa, sob pena de nulidade do ato, dispensando-a quando o uso se destinar à concessionária de serviço privado, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.
- b) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente será outorgada através de autorização legislativa.
- c) A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.
- d) A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de noventa dias, salvo quando para o fim de formar canteiros de obras públicas, caso em que o prazo será igual ao da duração da obra.
- e) A vigência do contrato de comodato não poderá ultrapassar o período do mandato do Prefeito, exceto quando previamente autorizada pelo Legislativo.

Questão 13

Os servidores nomeados em virtude de concurso público, só estarão efetivados a partir de quanto tempo de exercício?

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.

Questão 14

São direitos dos servidores públicos da administração direta:

- () garantia de percepção do salário mínimo, fixado em lei;
- () garantia de salário e de qualquer benefício de prestação continuada nunca inferior ao teto de gastos;
- () décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- () duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada por interesse público ou mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Marque V para verdadeiro e F para falso e assinale a alternativa correta.

- a) F – F – F - F
- b) V – F – V – F
- c) F – V – F – V
- d) V – V – V – V

Questão 15

Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) mudança temporária de suas funções, no caso da servidora gestante, na forma da lei, e quando houver recomendação médica, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo ou função, quando os trabalhos que executa se mostrarem prejudiciais à sua saúde ou à do nascituro
- b) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- c) percepção de todos os direitos e vantagens que são assegurados, em seu órgão de origem, sem promoção, mesmo quando posto à disposição de outros órgãos da administração direta, indireta e fundacional, na forma que a lei estabelecer.
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	C	B	C	A	D	C	B
11	12	13	14	15					
D	A	C	B	C					

